



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 310/2020 - PJF PROCESSO nº 04566/2020

Acha-se aberta, na Secretaria de Administração e Recursos Humanos/ Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **exclusivamente para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS** para a **aquisição de suprimentos de informática para atender demanda das unidades que integram a Administração Direta e Indireta da Prefeitura de Juiz de Fora**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Municipal nº 10.214/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 13.602/2019, Decreto Municipal nº 14.168/2020 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 08:00h do dia 06/01/2021, às 08:30h do dia 22/01/2021;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 09:00h do dia 22/01/2021**, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SARH/SSLICOM, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/. **É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado, via e-mail - pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A subsecretaria não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital.** Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187/8492.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 310/2020 - PJF PROCESSO nº 04566/2020

Acha-se aberta, na Secretaria de Administração e Recursos Humanos/ Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, **exclusivamente para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Municipal nº 10.214/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 13.602/2019, Decreto Municipal nº 14.168/2020 e demais legislações aplicáveis.

I – DO OBJETO E APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

1.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando o Registro de Preços para **a aquisição de suprimentos de informática para atender demanda das unidades que integram a Administração Direta e Indireta da Prefeitura de Juiz de Fora**, conforme condições descritas nos Anexos deste Edital.

1.2. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

1.2.1. Deverá ser apresentada AMOSTRA dos itens, caso a marca do produto fornecido não seja a mesma do fabricante do equipamento de impressão a ser suprido.

1.2.2. O requerimento de amostra visa a assegurar a qualidade mínima pretendida quanto à adequação dos produtos a serem adquiridos às especificações exigidas neste documento.

1.2.3. Será reprovada a amostra apresentada em desacordo com a especificação e que não apresentar qualidade desejada ou deixar de atender as exigências estabelecidas no Edital.

1.2.4. A amostra deverá conter o nome da empresa, número do Pregão e número do item e serem encaminhadas para inspeção na **SARH/SSLICOM/DT/SPR**, localizado na Av. Brasil, 2001 – 6º andar, Centro, Juiz de Fora – MG, nos períodos de 8h30 às 11h00 e 14h30 às 17h00 (de 2ª a 6ª feira).

1.2.5. A amostra não será recebida fora do local, horário e/ou período aqui estipulados.

1.2.6. A(s) amostra(s) deverá(ão) ser(em) apresentada(s) acompanhada(s) do(s) respectivo(s) documento(s) que comprovem conter as características especificadas. Os documentos podem ser prospectos, catálogos ou desenhos do(s) material(is) e, ainda, a indicação do item, marca do produto, referência de seu fabricante e o nome e CNPJ do fornecedor.

1.2.7. No caso de produtos importados e comercializados no país, será necessária a apresentação das guias de importação. Em hipótese alguma a PJF receberá produto sem a identificação do seu fabricante e distribuidor, que será feita por meio da indicação do CNPJ e do seu nome.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

1.2.8. A(s) amostra(s) será(ão) exigida(s) apenas do licitante vencedor, estando a empresa colocada provisoriamente em primeiro lugar dispensada desta os genuínos – produzidos pelo fabricante do equipamento que irão compor.

1.2.9. DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS

1.2.9.1. Inspeção visual – consiste na comparação dos aspectos visuais externos, em relação à embalagem, acondicionamento e transporte do produto. A embalagem do produto deve apresentar os requisitos essenciais para que seja possível o rastreamento e o acompanhamento do seu desempenho e ainda, comprovar sua originalidade.

1.2.9.2. Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos, manuseados, desmontados, ficando a disposição da(s) proponente(s) no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica. Portanto, a amostra não será computada para efeito de quantidade.

1.2.9.3. A amostra entregue pelo licitante vencedor deverá ser retirada por seu proprietário em até 20 (vinte) dias corridos após o recebimento total dos produtos, sob pena de lhe ser dada outra destinação, a critério da PJF.

II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação nº

PROCON: 333100.04.122.0007.2004.0000.100.337.100.3.3.90.30.08.

SF: 081100.04.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30.08.

SS: DURL: PTRES: 10.302.0003.2298.5017. Fonte: 0102.000.000. ND: 339030.

PAI: TRES: 10.302.0003.2298.5018. Fonte: 0102.000.000. ND: 339030.

SSUE: PTRES: 10.302.0003.2284.0000. Fonte: 0102.000.000. ND: 339030.

HPS: PTRES: 10.302.0003.2282.0000. Fonte: 0102.000.000. ND: 339030.

DID: PTRES: 10.302.0003.2304.0000. Fonte: 0149.000.000. ND: 339030.

DESM: PTRES: 10.302.0003.2285.4008. Fonte: 0149.092.000. ND: 339030.

SSAS: PTRES: 10.302.0003.2281.4003. Fonte: 0102.000.000. ND: 339030.

CAPS: PTRES: 10.302.0003.2303.4016. Fonte: 0149.000.000. ND: 339030.

OMS: PTRES: 10.122.0007.2004.9002. Fonte: 0102.000.000. ND: 339030.

CMS: PTRES: 10.122.0007.2004.9001. Fonte: 0102.000.000. ND: 339030.

C.ADM: PTRES: 10.122.0007.2004.7001. Fonte: 0102.000.000. ND: 339030.

FARMÁCIA REGIONAL: PTRES: 10.303.0003.2300.0000. Fonte: 0102.000.000. ND: 339030.

DVISAT: PTRES: 10.302.0003.2297.0000. Fonte: 0149.000.000. ND: 339030.

DVISAT / RES. SES: PTRES: 10.302.0003.2297.3004. Fonte: 0155.000.200. ND: 339030.

DVEA: PTRES: 10.305.0003.2290.0000. Fonte: 0150.000.000. ND: 339030.

DADT: PTRES: 10.302.0003.2279.6012. Fonte: 0149.000.000. ND: 339030.

LACEN: PTRES: 10.302.0003.2287.0000. Fonte: 0149.000.000. ND: 339030.

SEPLAG: 061100.04.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30.08.

SO: 091100.15.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30./ 091100 - 04.122.0007.2004.0000 -

010.000.000 - 3.3.90.30/ 091100 - 04.122.0007.2004.0000 - 010.000.000 - 4.4.90.52.

FUNALFA: 404100.04.122.0007.2004.010.000.000.3.3.90.30.

SEMAUR: 161100.04.122.0007.2004.0000.010.016.710.3.3.90.30./

121100.04.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30.

SDS: 112100.08.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30./ 08.244.0006.2062.0000/ 0129000056 /

0229000056/ 08.122.0007.2211.0000/ 0129000000 / 0229000000.

SETTRA: 141100.04.122.0007.2004.0000.100.147.100.3.3.90.30.

PGM: 041100.04.122.0007.2004.010.000.000.3.3.90.30.08.

SECOM: 021100.04.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30.11.

SEDETA: 151100.20.122.0035.2004.0000.100.000.000.3.3.90.30.

MAPRO: 414100.04.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30.00.



III - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a SSLICOM darão sequência ao processo de Pregão.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. É vedada a participação de interessados:

4.1.1. que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.2. que se encontrem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

4.1.3. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.1.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.6. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.1.7. que estejam reunidas em consórcio;

Nota Explicativa: O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

4.1.8. empresas que não se enquadrarem na condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.



V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1. No caso de serem ofertados cartuchos ou tóner similares (cuja marca seja diferente das marcas dos equipamentos de impressão a que se destinam), as licitantes deverão apresentar, sem prejuízo dos testes de impressão por amostragem, junto à proposta de preços/documentação: Laudo Técnico de Qualidade de cada item, comprovando sua equivalência em relação ao produto original da marca do fabricante do equipamento de impressão, emitido/revalidado no mínimo em 2015. Esse laudo deverá ser expedido por entidade/instituto/laboratório especializado, de reconhecida idoneidade e competência, credenciado pelo INMETRO ou ligado a órgão/entidade governamental, que comprove a boa qualidade e o bom desempenho no fim a que se destinam, exigência esta de Laudo autorizado pelo Tribunal de Contas da União nas seguintes deliberações: Decisões nºs. 130/2002, 516/2002, 1.476/2002, 1.622/2002, 1.196/2002 e Acórdão nº 1.446/2004. Todos os laudos devem conter, no mínimo:

- a) marca e modelo do cartucho em que os testes foram realizados e a data de realização dos ensaios,
- b) ateste de exame visual quanto a vazamento,
- c) número de páginas de impressas de forma legível, com cobertura mínima de 5% para cor preta e de 15% para colorido,
- d) volume de tinta utilizada para esgotar o cartucho para fins de comparação com o volume registrado na embalagem,
- e) avaliação da qualidade da impressão utilizando métodos de visão computacional e qualidade da tinta,
- f) o laudo técnico de qualidade deverá ser apresentado conforme as normas da ABNT ISO/IEC 19752:2006 e 24711/2011.

5.1.2. O Laudo Técnico de Qualidade deverá ser apresentado pela licitante no ato da entrega das propostas/documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.4. E-mail para fins de comunicação com o proponente.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.2.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.2.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.2.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

6.2.4. Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

VII – DA HABILITAÇÃO

7.1. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

7.2. Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

7.2.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

7.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2.4. Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo V**:

7.2.4.1. Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;



7.2.4.2. Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

7.2.4.3. Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

7.2.4.4. Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

7.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

7.2.5. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo IV**.

7.2.6. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo III**.

7.2.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementara nº 123/06, conforme **Anexo II**.

7.2.8. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

7.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

7.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

7.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

7.3.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

7.3.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.



7.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

7.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.3.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.3.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

7.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

7.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

7.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

7.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

7.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

7.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem 7.4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua



publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

7.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC maior ou igual a 1(um)

7.4.2.1. O item **7.4.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

7.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

7.4.3.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

7.4.3.2. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

7.4.4. No caso da empresa apresentar índice contábil de Liquidez Corrente menor que 1(um), porém positivo, é exigida obrigatoriamente a comprovação de possuir Capital Social de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da Contratação, exigência esta prevista nos parágrafos 2º e 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, e devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, e/ou através da apresentação do balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002.

7.5. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:

7.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

7.6. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

7.7. A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.



7.8. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens **7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3 e 7.4.1**, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

7.9. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

7.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

7.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

7.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

7.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



8.5.1. O julgamento das propostas será feito pelo **menor valor unitário por item** de acordo com o especificado no **Anexo VII**.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25 do Decreto Municipal nº 13.892/2020.



9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

XI – DO RECURSO



11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **exclusivamente em campo próprio do sistema**.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

XIII – DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

13.2. A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário a retirar/receber a Autorização de Compra/Nota de Empenho dentro do prazo de no máximo 03 (três) dias, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante, podendo substituí-lo por outros instrumentos hábeis, na forma do art. 62 da Lei nº 8.666/93.



13.3. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a retirar a Autorização de Compra/Nota de Empenho, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.4. Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido via postal, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente à subsecretaria para assinatura.

13.4.1. A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento da Ata de Registro encaminhada para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

13.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

XIV – DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E ESPECÍFICAS

14.1. As aquisições decorrentes do Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura de documento hábil entre o fornecedor e a Unidade Requisitante, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

14.2. A licitante vencedora será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata de Registro de Preços.

14.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade Requisitante, a qual deverá ser feita através do documento hábil assinado.

14.4. A(s) cópia(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) deverá(ão) ser anexada(s) ao processo de administração da Ata de Registro de Preços.

14.5. A licitante vencedora fornecerá somente o objeto relacionado neste documento;

14.5.1. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pelo fornecimento à terceiros do objeto contratado, mesmo que adquirido por seus servidores.

14.6. Os produtos adquiridos deverão ser de primeira qualidade, em atendimento as especificações discriminadas neste instrumento e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer produto, responderá a licitante vencedora por danos causados ao Município, oriundos da utilização de produtos em condições inadequadas.

14.7. A Unidade Requisitante emitirá autorização de compra/nota de empenho, a ser encaminhada ao fornecedor. Não poderá haver modificação do conteúdo, sob pena de rescisão contratual e/ou aplicação das sanções cabíveis, inclusive multa.

14.8. A contratação poderá ser rescindida:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

I. Por ato unilateral e escrito da Unidade Requisitante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

14.9. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.10. Ocorrendo a rescisão da contratação e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da LICITANTE VENCEDORA, a Unidade Requisitante responderá pelo valor devido em face dos produtos efetivamente entregues pela LICITANTE VENCEDORA, ou dos produtos entregues, até a data da rescisão.

14.11. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

14.11.1. Os produtos deverão ser entregues, acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, lacradas de forma tecnicamente correta, contendo no mínimo, as indicações da marca, da procedência e do prazo de validade e acompanhados das respectivas Notas Fiscais de fornecimento.

14.11.2. Os suprimentos relacionados devem ser compatíveis com as referências e códigos dos referidos equipamentos de impressão. Deverão ainda, ser novos, originais de fábrica, para primeiro uso, não sendo aceitos, em hipótese alguma, produtos recarregados, reconicionados, reciclados ou falsificados, sob pena do afastamento do certame e aplicação das penalidades cabíveis.

14.11.3. Fica estabelecido que não há obrigatoriedade de os cartuchos ou tóner serem peças genuínas da mesma marca do fabricante do equipamento de impressão, e sim originais de qualidade como definido acima.

14.11.4. A empresa que cotar o produto com a marca original do fabricante do equipamento de impressão e se for constatado através de laudo pericial da fabricante do equipamento que o material seja falsificado/adulterado, a contratada perderá automaticamente seu direito de vencedora do item registrado e será imediatamente aberto processo administrativo garantido à contratada ampla defesa.

14.11.5. Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses contra vícios e/ou defeitos de fabricação, a contar do aceite da Unidade Requisitante quanto a entrega dos materiais.

XV - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

15.1.1. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, o fornecimento dos produtos nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à licitante vencedora.

15.1.2. O recebimento definitivo dos objetos deste edital, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

XVI – DA ENTREGA E DO PRAZO

16.1. Os produtos deverão ser entregues nesta cidade de Juiz de Fora/MG, **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, no endereço e horário informados na Nota de Empenho/Autorização de Compra emitida pela Unidade Requisitante participante do Registro de Preços.



16.2. A partir do momento em que seja estipulada a entrega, os materiais, constantes na autorização, deverão estar em condições de uso imediato e submetido à apreciação das UNIDADES REQUISITANTES. Não serão aceitos e recebidos produtos com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições exigidas.

16.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da contratada. O setor designado pela Unidade Requisitante recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste documento.

16.4. O prazo de validade dos produtos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, devendo possuir, pelo menos, 80% da validade total, quando da sua entrega no local designado.

16.5. O prazo de garantia dos produtos contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir do recebimento definitivo dos produtos.

16.6. Caso a demanda sofra variação, as entregas previstas poderão ser ajustadas a ela.

16.7. A sociedade empresária fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos produtos.

16.8. A entrega do objeto deste instrumento será feita no endereço indicado ao servidor designado para tal fim, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências das especificações.

16.9. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

16.10. O servidor deverá processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a fornecedora para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações (recebimento provisório).

16.11. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da fornecedora pela perfeita execução do fornecimento/serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato/autorização de compra, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

16.12. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

16.12.1. De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei nº 8666/93, o objeto deste Contrato será recebido da forma que se segue:

16.12.1.1. Provisoriamente, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de conformidade do material com as especificações do Edital da Licitação.

16.12.1.2. Definitivamente, após verificação da compatibilidade das especificações com Edital da Licitação.

XVII - DAS OBRIGAÇÕES

17.1. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA:

17.1.1. Entregar de forma sistemática e periódica, pelo preço registrado, os produtos objeto deste instrumento, segundo as necessidades e requisições da Unidade Requisitante.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

17.1.2. Entregar a quantidade e produtos especificados na autorização de compras/Nota de Empenho, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste instrumento.

17.1.3. Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

17.1.4. Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do produto que não atenda ao especificado.

17.1.5. Entregar o produto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

17.1.6. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando a Unidade Requisitante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

17.1.7. Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

17.1.8. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega do produto, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

17.1.9. Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos e assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do produto entregue.

17.1.10. Responder direta e exclusivamente pela execução da Ata de Registro de Preços, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento do produto a terceiros, sem o expreso consentimento da Unidade Requisitante.

17.1.11. Efetuar a troca do produto considerado sem condições de uso, com defeitos ou adulterados no prazo máximo de 96 (noventa e seis) horas, contado do recebimento da comunicação expedida pela Unidade Requisitante.

17.1.12. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

17.1.13. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar a Unidade Requisitante ou a terceiros, durante a execução do fornecimento, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da Unidade Requisitante, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a)** dedução de créditos da Licitante Vencedora;
- b)** medida judicial apropriada, a critério da Unidade Requisitante.

17.1.14. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado.

17.1.15. Entregar os produtos no prazo, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber às leis do consumidor. A Unidade Requisitante, através do setor responsável, fará a verificação da conformidade dos materiais com as especificações constantes da proposta do fornecedor, marca e modelo.



17.1.16. Entregar os produtos novos, em perfeita condição de conservação e com qualidade aceitável para o uso devido, sob pena de responsabilização do fornecedor pelos prejuízos dessa natureza causados à Administração Pública.

17.2. DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE REQUISITANTE:

17.2.1. Requisitar, por meio do setor designado, responsável pela fiscalização, o fornecimento dos produtos, conforme as necessidades da Unidade Requisitante, por meio da respectiva requisição com autorização do gestor, que atestará o recebimento gradual do produto.

17.2.2. Conferir o fornecimento dos produtos, embora a Licitante Vencedora seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

17.2.2.1. Rejeitar, no todo ou em parte, o material a ser entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo Fornecedor.

17.2.2.2. Efetuar o recebimento provisório, bem como o recebimento definitivo do objeto.

17.2.3. Proporcionar condições à Licitante Vencedora para que possa fornecer o produto dentro das normas estabelecidas.

17.2.4. Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

17.2.5. Solicitar a substituição do produto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

17.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora, proporcionando as facilidades necessárias para que o Fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste documento.

17.2.7. Impedir que terceiros forneçam o objeto do contrato.

17.2.8. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

17.2.9. Efetuar o pagamento à Licitante Vencedora por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de fiscalização, emitido pela Diretoria Administrativa, por meio do fiscalizador designado.

XVIII – DAS PENALIDADES

18.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.
- 18.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a SSLICOM todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.
- 18.2.1.** Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.
- 18.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
- 18.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **18.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.
- 18.4.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **18.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.
- 18.5.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 18.6.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de não execução do objeto, erro, imperfeição, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Gestora, na pessoa da autoridade competente, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº 7.962/2003.
- 18.7.** As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 18.8.** O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo licitante vencedor, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.
- 18.9.** Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela UNIDADE GESTORA ao licitante vencedor, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Termo de Referência como de responsabilidade do licitante vencedor e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Administração.
- 18.10.** As multas e penalidades aqui previstas não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o licitante vencedor da sua responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

XIX – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- 19.1.** O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.
- 19.2.** Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

19.3. O pagamento será em até 30(trinta) dias e efetuado pelo setor responsável para tal da Unidade Requisitante, creditado em favor da licitante vencedora, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura, junto ao setor pertinente da Unidade Requisitante e, em anexo a esta, o atestado de fiscalização emitido pelo servidor designado, responsável pela fiscalização do fornecimento:

BANCO: _____ AGÊNCIA: _____ CONTA CORRENTE: _____ LOCALIDADE: _____

19.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

19.5. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, Certificado de Regularidade à Seguridade Social - INSS, emitido pelo Ministério da Fazenda, a Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a D.A da união, emitido pela Receita Federal, a Certidão Negativa de Débitos Municipais da cidade de origem da empresa, além da Certidão Estadual objeto do estado onde a mesma encontra-se inscrita.

19.6. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **19.5** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Unidade Requisitante autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à licitante vencedora, das penalidades previstas.

19.7. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela licitante vencedora, por força da contratação.

19.8. Quando ocorrer a situação prevista no subitem 19.7, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

19.9. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

19.10. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Unidade Requisitante, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{TX}{100} \\ 365 \\ EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

19.11. Para a hipótese definida no item **19.10**, a licitante vencedora fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Unidade Requisitante.

19.12. Os valores das multas serão fixados em IPCA na data de sua aplicação e convertido em reais na data da liquidação.



19.13. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

19.14. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

19.15. No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

19.16. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

XX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o proponente/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O proponente/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

21.1. Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

21.1.1. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

21.1.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

XXII – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

22.2. A realização do procedimento estará a cargo da **Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM**, **subsecretaria** responsável pelo planejamento, coordenação e gerenciamento do sistema de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

22.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

22.4. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

22.5. Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22.6. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

22.7. É facultado ao Pregoeiro a realização de diligências no curso do procedimento licitatório, bem como, sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, correções de caráter formal.

22.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

22.7.2. Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados.

22.7.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, em se tratando de amostra, na forma e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

22.8. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.9. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

22.10. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

22.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22.13. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SARH/SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187/8492, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas, ou através do e-mail **pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br**.

22.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF/SARH/SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

22.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22.17. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo II - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo III - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo IV - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo V – Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo.

Anexo VI – Modelo do Termo de Autorização de Compra.

Anexo VII – Termo de Referência e Valor Estimado.



PREGÃO ELETRONICO nº 310/2020 - PJF

ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ----- /..... – -----
PROCESSO nº 0...../20..... – **PE nº 0**...../20.....
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A **Secretaria de Administração e Recursos Humanos**, doravante denominada **SARH**, e, neste ato, **UNIDADE GESTORA**, através de seu(ua), Sr(a)., e a sociedade empresária....., estabelecida na Rua/Avenida, nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, R.G. nº, doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**, nos termos do Art. 15 da lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº 8.883 de 09 de junho de 1994, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº 13892/2020, Decreto nº 13.602/2019 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº**/20....., para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do processo administrativo próprio nº/20....., firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem como objetivo o registro de preços para futuras e eventuais contratações para o **fornecimento de**, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº/20....., Pregão Eletrônico nº/20....., para atender demanda da, doravante denominada **UNIDADE(S) REQUISITANTE(S)**.

CLÁUSULA II – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços da empresa classificada em 1º lugar no certame licitatório encontram-se indicados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.

3.2. Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto referido na cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.



3.3. Os quantitativos mencionados na presente Ata de Registro de Preços são apenas para efeito de limites máximos. A **UNIDADE REQUISITANTE** reserva-se no direito de adquirir as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

3.4. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº/20.....**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

4.1. As aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura de documento hábil entre o **FORNECEDOR** e a **UNIDADE REQUISITANTE** interessada, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

4.2. A detentora da Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta.

4.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade Requisitante interessada, a qual deverá ser feita mediante assinatura de documento hábil, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

4.4. A cópia da Nota de Empenho ou de outro documento hábil deverá ser anexada ao processo de administração da ata.

4.5. A Administração Pública tem a faculdade de firmar termo contratual, a partir e durante a vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos preceituados na legislação específica ou, conforme o caso, executar a avença com fundamento no art. 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA V – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

5.1. O **FORNECEDOR** responderá por todo e qualquer dano provocado à **UNIDADE GESTORA** e à **UNIDADE REQUISITANTE**, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **UNIDADE REQUISITANTE**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

5.2. Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela **UNIDADE GESTORA** e **UNIDADE REQUISITANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo **FORNECEDOR**, de obrigações a ele atribuídas por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **UNIDADE GESTORA** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do **FORNECEDOR** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **UNIDADE GESTORA**, esta comunicará ao **FORNECEDOR** por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à **UNIDADE GESTORA** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo **FORNECEDOR** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula.

5.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo **FORNECEDOR**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **UNIDADE GESTORA**, mediante adoção de das seguintes providências:



- a) dedução de créditos do **FORNECEDOR**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da **UNIDADE GESTORA**.

CLÁUSULA VI - DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:

- a) quando o **FORNECEDOR**, convocado para o fornecimento, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;
- b) quando o **FORNECEDOR**, convocado para fornecer o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e o **FORNECEDOR** tiver comunicado à Unidade Gestora em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

6.2. O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

6.2.1. Pela **UNIDADE GESTORA**:

- a) quando o **FORNECEDOR** não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem **6.1**;
- b) quando o **FORNECEDOR** não apresentar o objeto decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;
- c) quando em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto fornecido, decorrente do registro de preços, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do item **6.1**;
- d) quando o **FORNECEDOR** não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público;
- f) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;
- g) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente Ata de Registro de Preços;
- h) o **FORNECEDOR** não retirar qualquer Ordem de Serviços, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

6.2.2. Pelo **FORNECEDOR**

- a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio de instrumento hábil, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

6.3. O cancelamento ou a suspensão, pela **UNIDADE GESTORA**, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.



6.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita mediante correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de não localização do **FORNECEDOR**, a comunicação será feita mediante publicação no Órgão Oficial do Município por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir do prazo estipulado na publicação, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.

6.5. A solicitação do **FORNECEDOR** para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA VII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

7.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à subsecretaria/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das aquisições.

7.1.1. A emissão das notas de empenho ou outro instrumento hábil, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será, igualmente, autorizada pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA VIII - DAS COMUNICAÇÕES

8.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA IX – DAS MULTAS E PENALIDADES

9.1. O **FORNECEDOR**, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do objeto, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registros de Preços e demais condições legais.

9.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

9.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **9.2**, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

9.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **9.2**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.



9.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da Ata, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9.5. A aplicação de penalidades previstas para os casos de não fornecimento do objeto, erro, imperfeição, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Gestora da Ata, na pessoa da autoridade competente, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº 7.962/2003.

9.6. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.7. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo **FORNECEDOR**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

9.8. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela **UNIDADE GESTORA** ao **FORNECEDOR**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do **FORNECEDOR** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Administração.

9.9. As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o **FORNECEDOR** da sua responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº./20.....**, seus anexos e a proposta da sociedade empresária _____ classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº.8883/94, pelo Decreto Municipal nº 13892/2020 no que não colidir com a primeira, Decreto nº 7.962/2003 e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

E, por haverem assim pactuado e estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 20.....

**Gestor
Representante Legal**

**EMPRESA
Representante Legal
Cargo**



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 310/2020 - PJF

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 310/2020 - PJJ

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº
e do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de
habilitação estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 310/2020**, assim como tem pleno
conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 310/2020 - PJF

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 310/2020 - PJF

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 310/2020 - PJF

ANEXO VI - Minuta - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA

Objeto:, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº/20..... e seus Anexos, **na Ata de Registro de Preços nº**, todos oriundo do Processo Licitatório nº/20.....

Pelo presente instrumento, composto por duas vias de igual teor e forma, a **Prefeitura de Juiz de Fora**, inscrita no CNPJ sob o nº, através da (UG) neste ato representada pelo seu (gestor) Sr., brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, **nos termos do art. 62 § 2º da Lei nº 8.666/93, AUTORIZA** a entrega dos materiais abaixo especificados, que serão fornecidos pela Empresa, sediada em, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por, inscrito no CPF/MF sob o nº

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

Item	Especificações	Quantidade	marca	Valor Unitário	Valor Total
1					

Valor Total da aquisição acima especificada: R\$

As condições e obrigações decorrentes do presente Termo de Autorização de Compra, especialmente em relação às obrigações das partes, forma de execução, prazo de execução, acompanhamento e fiscalização, condições de pagamento, sanções, valores das multas e casos de rescisão, obedecerão ao disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº/20..... e seus anexos. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária nº

UG (.....)

De acordo: Empresa

Declaro para os devidos fins que recebi uma cópia da Nota de Empenho nº _____ emitida em favor de minha empresa em ___/___/20....., decorrente da adjudicação e homologação do resultado do Pregão Eletrônico nº/20....., **Ata de Registro de Preços nº**, bem como uma via do presente Termo de Autorização de Compra, cujos termos concordo plenamente, dando-lhe o devido cumprimento.

Juiz de Fora,..... de de 20.....

Empresa: _____

CNPJ: _____

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)



PREGÃO ELETRONICO nº 310/2020 - PJF

ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

1. UNIDADES REQUISITANTES

1.1. Agência de Proteção e Defesa do Consumidor (**PROCON**), Secretaria da Fazenda (**SF**), Secretaria de Saúde (**SS**), Secretaria de Planejamento e Gestão (**SEPLAG**), Procuradoria Geral do Município (**PGM**), Secretaria de Obras (**SO**), Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (**SEMAUR**), Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agropecuária (**SEDETA**), Secretaria de Desenvolvimento Social (**SDS**), Fundação Museu Mariano Procópio (**MAPRO**), Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (**FUNALFA**), Secretaria de Transporte e trânsito (**SETTRA**) e Secretaria de Comunicação Pública (**SECOM**).

2. OBJETO

2.1. Registro de Preços para futuras e eventuais contratações para **a aquisição de suprimentos de informática para atender demanda das unidades que integram a Administração Direta e Indireta da Prefeitura de Juiz de Fora**, conforme especificados neste termo.

3. DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

3.1. As aquisições decorrentes do Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura de documento hábil entre o fornecedor e a Unidade Requisitante, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

3.2. A licitante vencedora será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata de Registro de Preços.

3.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade Requisitante, a qual deverá ser feita através do documento hábil assinado.

3.4. A(s) cópia(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) deverá(ão) ser anexada(s) ao processo de administração da Ata de Registro de Preços.

3.5. A licitante vencedora fornecerá somente o objeto relacionado neste documento;

3.5.1. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pelo fornecimento à terceiros do objeto contratado, mesmo que adquirido por seus servidores.

3.6. Os produtos adquiridos deverão ser de primeira qualidade, em atendimento as especificações discriminadas neste instrumento e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer produto, responderá a licitante vencedora por danos causados ao Município, oriundos da utilização de produtos em condições inadequadas.

3.7. A Unidade Requisitante emitirá autorização de compra/nota de empenho, a ser encaminhada ao fornecedor. Não poderá haver modificação do conteúdo, sob pena de rescisão contratual e/ou aplicação das sanções cabíveis, inclusive multa.

3.8. A contratação poderá ser rescindida:

I. Por ato unilateral e escrito da Unidade Requisitante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.



III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

3.9. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

3.10. Ocorrendo a rescisão da contratação e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da LICITANTE VENCEDORA, a Unidade Requisitante responderá pelo valor devido em face dos produtos efetivamente entregues pela LICITANTE VENCEDORA, ou dos produtos entregues, até a data da rescisão.

4. DAS OBRIGAÇÕES

4.1. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA:

4.1.1. Entregar de forma sistemática e periódica, pelo preço registrado, os produtos objeto deste instrumento, segundo as necessidades e requisições da Unidade Requisitante.

4.1.2. Entregar a quantidade e produtos especificados na autorização de compras/Nota de Empenho, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste instrumento.

4.1.3. Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

4.1.4. Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do produto que não atenda ao especificado.

4.1.5. Entregar o produto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

4.1.6. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando a Unidade Requisitante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

4.1.7. Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

4.1.8. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega do produto, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

4.1.9. Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos e assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do produto entregue.

4.1.10. Responder direta e exclusivamente pela execução da Ata de Registro de Preços, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento do produto a terceiros, sem o expreso consentimento da Unidade Requisitante.

4.1.11. Efetuar a troca do produto considerado sem condições de uso, com defeitos ou adulterados no prazo máximo de 96 (noventa e seis) horas, contado do recebimento da comunicação expedida pela Unidade Requisitante.



4.1.12. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

4.1.13. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar a Unidade Requisitante ou a terceiros, durante a execução do fornecimento, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da Unidade Requisitante, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de créditos da Licitante Vencedora;
- b) medida judicial apropriada, a critério da Unidade Requisitante.

4.1.14. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado.

4.1.15. Entregar os produtos no prazo, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber às leis do consumidor. A Unidade Requisitante, através do setor responsável, fará a verificação da conformidade dos materiais com as especificações constantes da proposta do fornecedor, marca e modelo.

4.1.16. Entregar os produtos novos, em perfeita condição de conservação e com qualidade aceitável para o uso devido, sob pena de responsabilização do fornecedor pelos prejuízos dessa natureza causados à Administração Pública.

4.2. DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE REQUISITANTE:

4.2.1. Requisitar, por meio do setor designado, responsável pela fiscalização, o fornecimento dos produtos, conforme as necessidades da Unidade Requisitante, por meio da respectiva requisição com autorização do gestor, que atestará o recebimento gradual do produto.

4.2.2. Conferir o fornecimento dos produtos, embora a Licitante Vencedora seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

4.2.2.1. Rejeitar, no todo ou em parte, o material a ser entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo Fornecedor.

4.2.2.2. Efetuar o recebimento provisório, bem como o recebimento definitivo do objeto.

4.2.3. Proporcionar condições à Licitante Vencedora para que possa fornecer o produto dentro das normas estabelecidas.

4.2.4. Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

4.2.5. Solicitar a substituição do produto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

4.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora, proporcionando as facilidades necessárias para que o Fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste documento.

4.2.7. Impedir que terceiros forneçam o objeto do contrato.

4.2.8. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.



4.2.9. Efetuar o pagamento à Licitante Vencedora por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de fiscalização, emitido pela Diretoria Administrativa, por meio do fiscalizador designado.

5. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

5.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

5.1.1. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, o fornecimento dos produtos nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à licitante vencedora.

5.1.2. O recebimento definitivo dos objetos deste Termo de Referência, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será em até 30(trinta) dias e efetuado pelo setor responsável para tal da Unidade Requisitante, creditado em favor da licitante vencedora, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura, junto ao setor pertinente da Unidade Requisitante e, em anexo a esta, o atestado de fiscalização emitido pelo servidor designado, responsável pela fiscalização do fornecimento:

BANCO: _____ AGÊNCIA: _____ CONTA CORRENTE: _____ LOCALIDADE: _____

6.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

6.3. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, Certificado de Regularidade à Seguridade Social - INSS, emitido pelo Ministério da Fazenda, a Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a D.A da união, emitido pela Receita Federal, a Certidão Negativa de Débitos Municipais da cidade de origem da empresa, além da Certidão Estadual objeto do estado onde a mesma encontra-se inscrita.

6.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **6.3** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Unidade Requisitante autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à licitante vencedora, das penalidades previstas.

6.5. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela licitante vencedora, por força da contratação.

6.6. Quando ocorrer a situação prevista no subitem **6.5**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

6.7. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

6.8. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Unidade Requisitante, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

6.9. Para a hipótese definida no item **6.8**, a licitante vencedora fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Unidade Requisitante.

6.10. Os valores das multas serão fixados em IPCA na data de sua aplicação e convertido em reais na data da liquidação.

7. DA ENTREGA E DO PRAZO

7.1. Os produtos deverão ser entregues nesta cidade de Juiz de Fora/MG, no prazo de 10 (dez) dias úteis, no endereço e horário informados na Nota de Empenho/Autorização de Compra emitida pela Unidade Requisitante participante do Registro de Preços.

7.2. A partir do momento em que seja estipulada a entrega, os materiais, constantes na autorização, deverão estar em condições de uso imediato e submetido à apreciação das UNIDADES REQUISITANTES. Não serão aceitos e recebidos produtos com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições exigidas.

7.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da contratada. O setor designado pela Unidade Requisitante recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste documento.

7.4. O prazo de validade dos produtos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, devendo possuir, pelo menos, 80% da validade total, quando da sua entrega no local designado.

7.5. O prazo de garantia dos produtos contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir do recebimento definitivo dos produtos.

7.6. Caso a demanda sofra variação, as entregas previstas poderão ser ajustadas a ela.

7.7. A sociedade empresária fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos produtos.

7.8. A entrega do objeto deste instrumento será feita no endereço indicado ao servidor designado para tal fim, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências das especificações.

7.9. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.



7.10. O servidor deverá processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a fornecedora para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações (recebimento provisório).

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da fornecedora pela perfeita execução do fornecimento/serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato/autorização de compra, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

7.12. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

7.12.1. De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei nº 8666/93, o objeto deste Contrato será recebido da forma que se segue:

7.12.1.1. Provisoriamente, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de conformidade do material com as especificações do Edital da Licitação.

7.12.1.2. Definitivamente, após verificação da compatibilidade das especificações com Edital da Licitação.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

8.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a SSLICOM todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

8.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

8.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **8.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

8.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **8.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

8.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.



8.6. A aplicação de penalidades previstas para os casos de não execução do objeto, erro, imperfeição, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Gestora, na pessoa da autoridade competente, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal 7962/2003.

8.7. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.8. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo licitante vencedor, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

8.9. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela UNIDADE GESTORA ao licitante vencedor, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Termo de Referência como de responsabilidade do licitante vencedor e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Administração.

8.10. As multas e penalidades aqui previstas não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o licitante vencedor da sua responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

9. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

9.1. Os produtos deverão ser entregues, acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, lacradas de forma tecnicamente correta, contendo no mínimo, as indicações da marca, da procedência e do prazo de validade e acompanhados das respectivas Notas Fiscais de fornecimento.

9.2. Os suprimentos relacionados devem ser compatíveis com as referências e códigos dos referidos equipamentos de impressão. Deverão ainda, ser novos, originais de fábrica, para primeiro uso, não sendo aceitos, em hipótese alguma, produtos recarregados, reconicionados, reciclados ou falsificados, sob pena do afastamento do certame e aplicação das penalidades cabíveis.

9.3. Fica estabelecido que não há obrigatoriedade de os cartuchos ou tóner serem peças genuínas da mesma marca do fabricante do equipamento de impressão, e sim originais de qualidade como definido acima.

9.4. A empresa que cotar o produto com a marca original do fabricante do equipamento de impressão e se for constatado através de laudo pericial da fabricante do equipamento que o material seja falsificado/adulterado, a contratada perderá automaticamente seu direito de vencedora do item registrado e será imediatamente aberto processo administrativo garantido à contratada ampla defesa.

9.5. No caso de serem ofertados cartuchos ou tóner similares (cuja marca seja diferente da marcas dos equipamentos de impressão a que se destinam), as licitantes deverão apresentar, sem prejuízo dos testes de impressão por amostragem, junto à proposta de preços/documentação: Laudo Técnico de Qualidade de cada item, comprovando sua equivalência em relação ao produto original da marca do fabricante do equipamento de impressão, emitido/revalidado no mínimo em 2015. Esse laudo deverá ser expedido por entidade/instituto/laboratório especializado, de reconhecida idoneidade e competência, credenciado pelo INMETRO ou ligado a órgão/entidade governamental, que comprove a boa qualidade e o bom desempenho no fim a que se destinam, exigência esta de Laudo autorizado pelo Tribunal de Contas da União nas seguintes deliberações: Decisões nºs. 130/2002, 516/2002, 1.476/2002, 1.622/2002, 1.196/2002 e Acórdão nº 1.446/2004. Todos os laudos devem conter, no mínimo:



- a) marca e modelo do cartucho em que os testes foram realizados e a data de realização dos ensaios,
- b) ateste de exame visual quanto a vazamento,
- c) número de páginas de impressas de forma legível, com cobertura mínima de 5% para cor preta e de 15% para colorido,
- d) volume de tinta utilizada para esgotar o cartucho para fins de comparação com o volume registrado na embalagem,
- e) avaliação da qualidade da impressão utilizando métodos de visão computacional e qualidade da tinta,
- f) o laudo técnico de qualidade deverá ser apresentado conforme as normas da ABNT ISO/IEC 19752:2006 e 24711/2011.

9.6. O Laudo Técnico de Qualidade deverá ser apresentado pela licitante no ato da entrega das propostas/documentação.

9.7. Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses contra vícios e/ou defeitos de fabricação, a contar do aceite da Unidade Requisitante quanto a entrega dos materiais.

9.8. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

9.8.1. Deverá ser apresentada AMOSTRA dos itens, caso a marca do produto fornecido não seja a mesma do fabricante do equipamento de impressão a ser suprido.

9.8.2. O requerimento de amostra visa a assegurar a qualidade mínima pretendida quanto à adequação dos produtos a serem adquiridos às especificações exigidas neste documento.

9.8.3. Será reprovada a amostra apresentada em desacordo com a especificação e que não apresentar qualidade desejada ou deixar de atender as exigências estabelecidas no Edital.

9.8.4. A amostra deverá conter o nome da empresa, número do Pregão e número do item e serem encaminhadas para inspeção na **SARH/SSLICOM/DT/SPR**, localizado na Av. Brasil, 2001 – 6º andar, Centro, Juiz de Fora – MG, nos períodos de 8h30 às 11h30 e 14h30 às 17h30 (de 2ª a 6ª feira).

9.8.5. A amostra não será recebida fora do local, horário e/ou período aqui estipulados.

9.8.6. A(s) amostra(s) deverá(ão) ser(em) apresentada(s) acompanhada(s) do(s) respectivo(s) documento(s) que comprovem conter as características especificadas. Os documentos podem ser prospectos, catálogos ou desenhos do(s) material(is) e, ainda, a indicação do item, marca do produto, referência de seu fabricante e o nome e CNPJ do fornecedor.

9.8.7. No caso de produtos importados e comercializados no país, será necessária a apresentação das guias de importação. Em hipótese alguma a PJF receberá produto sem a identificação do seu fabricante e distribuidor, que será feita por meio da indicação do CNPJ e do seu nome.

9.8.8. A(s) amostra(s) será(ão) exigida(s) apenas do licitante vencedor, estando a empresa colocada provisoriamente em primeiro lugar dispensada desta os genuínos – produzidos pelo fabricante do equipamento que irão compor.

9.9. DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS

9.9.1. Inspeção visual – consiste na comparação dos aspectos visuais externos, em relação à embalagem, acondicionamento e transporte do produto. A embalagem do produto deve apresentar os requisitos essenciais para que seja possível o rastreamento e o acompanhamento do seu desempenho e ainda, comprovar sua originalidade.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.9.2. Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos, manuseados, desmontados, ficando a disposição da(s) proponente(s) no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica. Portanto, a amostra não será computada para efeito de quantidade.

9.9.3. A amostra entregue pelo licitante vencedor deverá ser retirada por seu proprietário em até 20 (vinte) dias corridos após o recebimento total dos produtos, sob pena de lhe ser dada outra destinação, a critério da PJF.

CPL - Comissão Permanente de Licitação
Relação de Materiais Especificados

Página: 1
Data: 27/11/2020

Processo:	Ano:	Diretoria:						
04566	2020	PJF						
Item	Qtidade	Código	Unidade	Especificação Detalhada	Unitário	Estimado		
1	34,00	486950088	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 600 páginas, Código CC641WB. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	83,1500	2.827,1000		
2	27,00	486950404	Unidade	Refil de Tinta Epson, original ou compatível com a marca do equipamento, Preta (70ml), T664120-AL. O refil deverá ser novo e de primeiro uso.	68,5000	1.849,5000		
3	22,00	486950405	Unidade	Refil de Tinta Epson, original ou compatível com a marca do equipamento, Amarelo (70ml), T664420-AL. O refil deverá ser novo e de primeiro uso.	43,3300	953,2600		
4	22,00	486950406	Unidade	Refil de Tinta Epson, original ou compatível com a marca do equipamento, Ciano (70ml), T664220-AL. O refil deverá ser novo e de primeiro uso.	41,7500	918,5000		
5	12,00	486950176	Unidade	Fita para Impressora Matricial Epson, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preta, Código 8755. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	15,0000	180,0000		
6	117,00	486950212	Unidade	Toner para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 12.500 páginas, Código CE255X. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	128,9300	15.084,8100		
7	12,00	486950278	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original da marca do equipamento, Preto, Código CC653A	35,0000	420,0000		
8	12,00	486950279	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Colorido, Código CC655A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	35,0000	420,0000		
9	97,00	486950414	Unidade	Fita para Impressora Matricial Epson FX2190/LQ2090 - MF1494 - MENNO.	33,9300	3.291,2100		
10	4,00	486950211	Unidade	Toner para Impressora HP, Original da Marca do Equipamento, Preto, Rendimento 10.000 páginas, Código CC364A	155,0000	620,0000		
11	6,00	486950295	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 2.300 páginas, Código CN045AE. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	25,0000	150,0000		
12	4,00	486950293	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Magenta, Rendimento 1.500 páginas, Código CN047AE. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	25,0000	100,0000		
13	4,00	486950292	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Azul (Ciano), Rendimento 1.500 páginas, Código CN046AE. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	25,0000	100,0000		
14	4,00	486950294	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Amarelo, Rendimento 1.500 páginas, Código CN048AE. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	25,0000	100,0000		
15	29,00	486950175	Unidade	Fita para Impressora Matricial Epson, Original ou Similiar à fita Epson, Preta, Código 8750	18,8100	545,4900		
16	875,00	461350003	Unidade	Pilha AA Pequena Alcalina	3,5200	3.080,0000		
17	825,00	461350008	Unidade	Pilha AAA Palito Alcalina	2,8000	2.310,0000		
18	9,00	486910014	Unidade	Cabeça de Impressão para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto/Amarelo fotográfico, código C9381A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	376,4300	3.387,8700		
19	12,00	486910131	Unidade	Cabeça de Impressão para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Magenta/Ciano, código C9382A. Deverá ser novo e de primeiro uso.	393,1300	4.717,5600		
20	12,00	486950119	Unidade	Cartucho de Tinta para impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Azul (Ciano), Código C9391-AL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	92,0000	1.104,0000		
21	22,00	486950120	Unidade	Cartucho de Tinta para impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Magenta, Código C9392-AL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	86,2300	1.897,0600		
22	22,00	486950121	Unidade	Cartucho de Tinta para impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Amarelo, Código C9393-A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	94,8600	2.086,9200		
23	27,00	486950122	Unidade	Cartucho de Tinta para impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Código C9396-AL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	118,3300	3.194,9100		
24	4,00	486950011	Unidade	Cabeça de Impressão para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto e Amarelo, Rendimento 1.000 páginas por padrão preto e 900 páginas por padrão amarelo, código C4900A.	298,5400	1.194,1600		
25	10,00	486950012	Unidade	Cabeça de Impressão para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Magenta e Ciano, Rendimento 900 páginas por padrão ambos, código C4901A.	306,0700	3.060,7000		

CPL - Comissão Permanente de Licitação**Página: 2****Relação de Materiais Especificados****Data: 27/11/2020**

26	20,00	486950016	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 2.200 páginas, código C4906AL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	133,9700	2.679,4000
27	15,00	486950018	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Azul (Ciano), Rendimento 1.400 páginas, código C4907AL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	75,2700	1.129,0500
28	15,00	486950019	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou similar a marca do equipamento, Magenta, Rendimento 1.400 páginas, Código C4908AL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	74,3500	1.115,2500
29	15,00	486950020	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Amarelo, Rendimento 1.400 páginas, Código C4909AL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	75,9000	1.138,5000
30	25,00	486950066	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Código 51645GL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	79,6900	1.992,2500
31	49,00	486950271	Unidade	Toner para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 6.000 páginas, Código CE255A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	121,3100	5.944,1900
32	15,00	486950231	Unidade	Toner para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 6.000 páginas, Código Q6511A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	500,2500	7.503,7500
33	9,00	486950217	Unidade	Toner para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 2.000 páginas, Código Q2612A. O toner deverá ser novo e de primeiro uso.	21,1600	190,4400
34	6,00	486950218	Unidade	Toner para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 2.500 páginas, Código Q2613A. O toner deverá ser novo e de primeiro uso.	356,7500	2.140,5000
35	8,00	486950153	Unidade	Toner para Impressora Xerox, original ou compatível com a marca do Equipamento, Preto, Rendimento 10.000 páginas, código 106R01246. O toner deverá ser novo e de primeiro uso.	296,0100	2.368,0800
36	15,00	486950103	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Código C8767W. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	118,6800	1.780,2000
37	10,00	486950109	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Colorido, Código C9363W. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	103,7300	1.037,3000
38	11,00	486950099	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Código C8727A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	64,3900	708,2900
39	11,00	486950100	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Colorido, Código C8728A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	69,6100	765,7100
40	11,00	486950235	Unidade	Toner para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 6.000 páginas, Código Q7553A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	231,9100	2.551,0100
41	6,00	486950074	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Colorido, Código C1823D. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	102,3500	614,1000
42	335,00	486950150	Unidade	CD-RW, capacidade para gravação/regravação de 700 MB ou 80 minutos, compatibilidade de 1x até 12x ou superior, com label e caixa acrílica	2,7500	921,2500
43	478,00	486950157	Unidade	DVD-RW, capacidade para gravação/regravação de 4.7 GB ou 120 minutos, compatibilidade de 1x até 8x ou superior, com label, com caixa acrílica fina	4,2900	2.050,6200
44	308,00	486950034	Tubo	DVD-R, capacidade para gravação de 4.7 GB ou 120 minutos, compatibilidade de 1x até 8x ou superior, sem label, tubo com 50 unidades	5,7300	1.764,8400
45	2,00	486950309	Tubo	CD-R, capacidade para gravação de 700 MB ou 80 minutos, compatibilidade de 1x até 48x ou superior, sem label, tubo com 100 unidades.	113,8500	227,7000
46	20,00	486950360	Unidade	Toner para Impressora Lexmark, Original da marca do equipamento, Preto, Rendimento 10.000 páginas, Código 504X	235,0000	4.700,0000
47	25,00	486950331	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Magenta, Código CN051AL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	83,0800	2.077,0000
48	25,00	486950332	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Amarelo, Código CN052AL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	130,0000	3.250,0000
49	25,00	486950330	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Azul (Ciano), Código CN050AL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	130,0000	3.250,0000
50	35,00	486950329	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Código CN049AL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	111,5900	3.905,6500

CPL - Comissão Permanente de Licitação

Página: 3

Relação de Materiais Especificados

Data: 27/11/2020

51	10,00	486950407	Unidade	Refil de Tinta Epson, original ou compatível com a marca do equipamento, Magenta (70ml), T664320-AL. O refil deverá ser novo e de primeiro uso.	42,0000	420,0000
52	8,00	486950401	Unidade	Cartucho de Tinta para impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Amarelo (40ml), Código F9J61A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	634,6800	5.077,4400
53	8,00	486950402	Unidade	Cartucho de Tinta para impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Magenta (40ml), Código F9J62A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	714,1500	5.713,2000
54	10,00	486950400	Unidade	Cartucho de Tinta para impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto Fosco (69ml), Código F9J64A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	438,4900	4.384,9000
55	12,00	486950397	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original da marca do equipamento, Ciano, Código 954XL L0S62AB, rendimento aproximado 1.600 cópias.	100,0000	1.200,0000
56	12,00	486950398	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original da marca do equipamento, Magenta, Código 954XL L0S65AB, rendimento aproximado 1.600 cópias.	100,0000	1.200,0000
57	12,00	486950399	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original da marca do equipamento, Amarelo, Código 954XL L0S68AB, rendimento aproximado 1.600 cópias.	100,0000	1.200,0000
58	15,00	486950396	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original da marca do equipamento, Preto, Código 954XL L0S71AB, rendimento aproximado 1.600 cópias.	45,0000	675,0000
59	8,00	486910091	Unidade	Kit Fotocondutor original, código 50f0z00 - 500z, compatível com a impressora Lexmark MS 610DN	275,0000	2.200,0000
60	15,00	486950178	Unidade	Fita para Impressora Matricial Epson, original ou compatível com a marca do equipamento, Preta, Código S015086	34,3800	515,7000
61	10,00	486950255	Unidade	Toner para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 2.000 páginas, Código CB436A. O toner deverá ser novo e de primeiro uso.	48,9200	489,2000
62	15,00	486950286	Unidade	Toner para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento de 1.500 páginas, Código CB435A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	48,9200	733,8000
63	13,00	486950296	Unidade	Toner para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 1.600 páginas, Código CE285A. O toner deverá ser novo e de primeiro uso.	45,9100	596,8300
64	22,00	486950213	Unidade	Toner para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Rendimento 2.300 páginas, Preto, Código CE505A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	65,3000	1.436,6000
65	31,00	486950007	Unidade	Toner para impressora Oki, Original da marca do equipamento, Preto, Toner 45807129 BR	120,2000	3.726,2000
66	3,00	486950005	Unidade	Toner para Impressora Samsung SL-M3375FDoriginal ou compatível com a marca do equipamento, Preto, ProXpress M3375 FD Modelo: MLT-204L compatível	104,0000	312,0000
67	20,00	486950009	Unidade	Cartucho de Tinta HP Deskejt 4480 CC 636 W Preto	72,5200	1.450,4000
68	20,00	486950010	Unidade	Cartucho de Tinta HP Deskejt 4480 CC 6432W colorido	85,7900	1.715,8000
69	10,00	486950013	Unidade	Cartucho de Tinta Epson Stylus T0734N amarelo	24,5000	245,0000
70	10,00	486950014	Unidade	Cartucho de Tinta Epson Stylus T0732N ciano	24,5000	245,0000
71	10,00	486950017	Unidade	Cartucho de Tinta Epson Stylus T0731N preto	24,5000	245,0000
72	10,00	486950022	Unidade	Cartucho de Tinta Epson Stylus T0733N magenta	40,6600	406,6000
73	20,00	486950023	Unidade	Fita para Impressora Epson, Original ou Similiar à fita Epson, Preta, Código LX 300	19,2100	384,2000
74	10,00	486950237	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original da marca do equipamento, Preto, Rendimento 200 páginas, Código CC640WL	141,0000	1.410,0000
75	5,00	486950242	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Tricolor, Rendimento 165 páginas, Código CC643WL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	60,0000	300,0000
76	586,00	461350016	Unidade	Pilha AAA Palito	2,3200	1.359,5200
77	273,00	461350010	Unidade	Pilha D Grande Alcalina	14,2900	3.901,1700
78	720,00	461350001	Unidade	Pilha C Média Alcalina	11,1500	8.028,0000
79	212,00	461350015	Unidade	Pilha AA Pequena	2,2500	477,0000
80	106,00	461400003	Unidade	Pilha AA Pequena, Recarregável, 2.700 mAH	8,8700	940,2200
81	70,00	461400010	Unidade	Pilha Palito AAA, Recarregável.	8,6500	605,5000
82	8,00	486950403	Unidade	Cartucho de Tinta para impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Ciano (40ml), Código F9J63A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	635,8300	5.086,6400
83	24,00	486950288	Unidade	Fita para Impressora Matricial Epson, Original ou Similiar à fita Epson, Preta, Código S015335	110,0000	2.640,0000

CPL - Comissão Permanente de Licitação

Página: 4

Relação de Materiais Especificados

Data: 27/11/2020

84	15,00	486950174	Unidade	Fita para Impressora Matricial Epson, Original ou Similiar à fita Epson, Preta, Código 7754	54,0000	810,0000
85	60,00	486950003	Unidade	CD-RW, capacidade para gravação de 700 MB ou 80 minutos, compatibilidade de 1x até 48x ou superior, com label e caixa acrílica	3,0800	184,8000
86	358,00	486950158	Unidade	DVD-RW, capacidade para gravação/regravação de 4.7 GB ou 120 minutos, compatibilidade de 1x até 8x ou superior, com label, com envelope de papel	2,1000	751,8000
87	2,00	467100041	Kit	Carregador de pilha AA e AAA, LCD, função refresh, com monitoramento de voltagem e temperatura, detector de pilha alcalina, temperatura operacional 0 ~ 35 °C, controle automático de carga e desligamento automático, acompanha 4 pilhas AA de 2700mAh.	51,2100	102,4200
88	42,00	486950186	Unidade	Toner para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 6.500 páginas, Código CE505X. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	76,5000	3.213,0000
89	484,00	486950148	Unidade	CD-R, capacidade para gravação de 700 MB ou 80 minutos, compatibilidade de 1x até 48x ou superior, com label e caixa acrílica	2,2900	1.108,3600
90	80,00	486950155	Unidade	DVD-R, capacidade para gravação de 4.7 GB ou 120 minutos, compatibilidade de 1x até 8x ou superior, sem label, com caixa acrílica	1,9200	153,6000
91	4,00	486950204	Unidade	Toner para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Código C4096A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	348,5600	1.394,2400
92	2,00	486950283	Unidade	DVD-R, capacidade para gravação de 8,5GB ou 240 minutos, velocidade 8x ou superior. Dual Layer Pack, caixa com 100 unidades	220,0000	440,0000
93	2,00	486950323	Unidade	Toner para Impressora Ricoh, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 21.000 páginas, Código 821105. O toner deverá ser novo e de primeiro uso.	500,0000	1.000,0000
94	20,00	486950324	Unidade	Toner para Impressora Ricoh, Original ou compatível com a marca do equipamento, Azul (Ciano), Rendimento 24.000 páginas, Código 821108. O toner deverá ser novo e de primeiro uso.	580,0000	11.600,0000
95	2,00	486950326	Unidade	Toner para Impressora Ricoh, Original ou compatível com a marca do equipamento, Amarelo, Rendimento 24.000 páginas, Código 821106. O toner deverá ser novo e de primeiro uso.	500,0000	1.000,0000
96	4,00	486950021	Unidade	Toner para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Código C4096X. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	498,0000	1.992,0000
97	2,00	486950015	Unidade	Toner para Impressora Ricoh, Original ou compatível com a marca do equipamento, Magenta, Rendimento 24.000 páginas, Código 821107. O toner deverá ser novo e de primeiro uso.	500,0000	1.000,0000
98	12,00	486950118	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Amarelo, Código C9388A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	90,0000	1.080,0000
99	12,00	486950117	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Magenta, Código C9387A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	90,0000	1.080,0000
100	12,00	486950116	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original da marca do equipamento, Azul (Ciano), Código C9386A	92,0000	1.104,0000
101	12,00	486950115	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Código C9385A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	200,0000	2.400,0000
102	12,00	486950110	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Código C9370A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	470,0000	5.640,0000
103	12,00	486950111	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Azul (Ciano), Código C9371A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	470,0000	5.640,0000
104	12,00	486950112	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Magenta, Código C9372A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	470,0000	5.640,0000
105	12,00	486950113	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Amarelo, Código C9373A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	470,0000	5.640,0000
106	12,00	486950114	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Cinza, Código C9374A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	470,0000	5.640,0000
107	12,00	486950123	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Código C9403A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	580,0000	6.960,0000
108	5,00	486910077	Unidade	Cabeça de Impressão para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto/Cinza fotográfico, código C9380A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	650,0000	3.250,0000
109	5,00	486910080	Unidade	Cabeça de Impressão para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto Mate/Amarelo, código C9384A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	382,8000	1.914,0000
110	12,00	486950073	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Colorido, código C9361WL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	99,0000	1.188,0000

CPL - Comissão Permanente de Licitação**Página: 5****Relação de Materiais Especificados****Data: 27/11/2020**

111	12,00	486950072	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, código C9362W. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	100,0000	1.200,0000
112	5,00	486910001	Unidade	Cabeça de Impressão para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Magenta/Ciano, código C9383A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	382,8000	1.914,0000
113	20,00	486950182	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível marca do equipamento, Preto, Rendimento 200 páginas, Código CC640WB. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	46,0000	920,0000
114	5,00	486950221	Unidade	Toner para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 2.500 páginas, Código Q5949A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	325,0000	1.625,0000
115	12,00	486950258	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Amarelo, Código C9400A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	455,0000	5.460,0000
116	12,00	486950259	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Azul (Ciano), Código C9398A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	475,0000	5.700,0000
117	12,00	486950260	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível marca do equipamento, Cinza, Código C9401A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	488,0000	5.856,0000
118	12,00	486950261	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível marca do equipamento, Magenta, Código C9399A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	355,0000	4.260,0000
119	12,00	486950262	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto Fotográfico, código C9397A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	379,0000	4.548,0000
120	6,00	486950263	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto Mate, Código CH575A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	165,0000	990,0000
121	15,00	486950267	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Colorido, Conteúdo 3,5ml, Código C643WL. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	76,0000	1.140,0000
122	6,00	486950207	Unidade	Toner para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Código CB540A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	199,0000	1.194,0000
123	6,00	486950208	Unidade	Toner para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Azul (Ciano), Código CB541A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	215,0000	1.290,0000
124	6,00	486950209	Unidade	Toner para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Amarelo, Código CB542A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	206,0000	1.236,0000
125	6,00	486950210	Unidade	Toner para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Magenta, Código CB543A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	216,0000	1.296,0000
126	20,00	486950183	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Colorido, Rendimento 165 páginas, Código CC643WB. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	95,0000	1.900,0000
127	12,00	486950270	Unidade	Cartucho de Tinta para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Código C9385S. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	99,0000	1.188,0000
128	12,00	486950327	Unidade	Toner para Impressora HP, original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Rendimento 2.700 páginas, Código CF280A. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	206,0000	2.472,0000
129	12,00	486950308	Unidade	Toner para Impressora HP, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Código CF280X. Os cartuchos deverão ser novos e de primeiro uso.	382,0000	4.584,0000
130	6,00	486950004	Unidade	Toner preto para impressora HP Laserjet P3015, original ou compatível com a marca do equipamento, rendimento mínimo de 12.500 páginas, cartuchos novos e de primeiro uso	454,7500	2.728,5000
131	1,00	486950371	Unidade	Toner para Impressora Lexmark, Original ou compatível com a marca do equipamento, Ciano, Código C746A1CG. O toner deverá ser novo e de primeiro uso.	350,0000	350,0000
132	1,00	486950370	Unidade	Toner para Impressora Lexmark, Original ou compatível com a marca do equipamento, Magenta, Código C746A1MG. O toner deverá ser novo e de primeiro uso.	350,0000	350,0000
133	1,00	486950372	Unidade	Toner para Impressora Lexmark, original ou compatível com a marca do equipamento, Amarelo, Código C746A1YG. O toner deverá ser novo e de primeiro uso.	350,0000	350,0000
134	1,00	486950369	Unidade	Toner para Impressora Lexmark, Original ou compatível com a marca do equipamento, Preto, Código C746H1KG. O toner deverá ser novo e de primeiro uso.	350,0000	350,0000
135	2,00	486950426	Unidade	Cartucho de Tinta D111s, para impressora Samsung Xpress, original ou compatível com a marca do equipamento, código M2020W	209,0000	418,0000



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

136	1,00	486950432	Unidade	Cartucho de Tinta CH561HB (hp122), Preto, para impressora HP Deskjet 2000, original ou compatível com a marca do equipamento.	125,7000	125,7000
137	1,00	486950433	Unidade	Cartucho de Tinta CH562HB (hp122), Colorido, para impressora HP Deskjet 2000, original ou compatível com a marca do equipamento.	59,7000	59,7000

Total estimado do Processo: R\$ 294.150,25 (duzentos e noventa e quatro mil, cento e cinquenta reais e vinte e cinco centavos)